

PELA MINHA HISTÓRIA EU ENTENDO E TRANSFORMO O MUNDO: ENTRE O QUILOMBO, À ESCOLA E A UNIVERSIDADE

*THROUGH MY STORY I UNDERSTAND AND TRANSFORM THE WORLD:
FROM THE QUILOMBO TO THE SCHOOL AND THE UNIVERSITY*

Larissa Cordeiro da Costa^{1*}

Resumo:

Neste artigo-ensaio o leitor encontrará uma reflexão sobre a minha história como um caminho possível de compreensão de uma realidade racializada e atravessada pela branquitude. É uma imersão e um diálogo com história(s) de vida, para mostrar os desafios de um processo formativo até a Universidade, e como a educação apresenta-se como elemento fundamental e movedor diante das agruras de uma estudante quilombola num processo de construção e reconhecimento da própria identidade. Trago, assim, uma escrita sobre mim, mas em diálogo com os muitos mundos que me formaram e com muitos autores que refletem questões importantes no exercício de análise e autoanálise.

Palavras-chave: história de vida; branquitude; quilombola; identidade; escrita.

Abstract:

In this essay-article, the reader will find a reflection on my story as a possible path to understanding a racialized reality permeated by whiteness. It is an immersion and dialogue with life stories, to demonstrate the challenges of a formative process leading up to university, and how education presents itself as a fundamental and driving element in the face of the hardships of a quilombola student in a process of constructing and recognizing her own identity. Thus, I present a writing about myself, but in dialogue with the many worlds that shaped me and with many authors who reflect on important issues in the exercise of analysis and self-analysis.

Keywords: life story; whiteness; quilombola; identity; writing.

¹ Faculdade de Educação do Campo; Instituto de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Marabá, PA - Brasil. *cordeiro.3costa@gmail.com

1. Introdução

O primeiro caminho é tornar a minha história, ou a minha trajetória de formação acadêmica, uma questão central de trabalho e refletir sobre o exercício do ato de escrever, como um ato político de amplificar a voz e dar visibilidade quem foi silenciado para, então, pensar essa escrita autoral validada, dando nome a quem escreve, por meio da autonomia de ser sujeito da própria fala, da própria história. Portanto, o trabalho se inicia trazendo a descrição do porquê falar por meio da própria história, de modo que essa reflexão se apresente não somente como pergunta, mas como resposta ao ato político da autonomia de poder falar por meio da própria voz e, também, pela construção de canais para ser ouvida. Construir por meio da escrita o reconhecimento da existência daqueles que, como eu, são silenciados e que passam por processos de violência do não poder dizer o que são.

Uma história perpassada por processos de transformações e de interferências com o mundo de fora e suas relações vivenciadas. Através do diálogo com alguns autores, como Grada Kilomba (2019), enfocaremos a importância desse trabalho ser escrito a partir da própria narrativa e dos processos vivenciados e seus locais de origem. Fazendo com que esse percurso da escrita, assim como a trajetória descrita, seja capaz de transformar a minha história de vida, historicamente negada e silenciada, como objeto (sujeito) de estudo.

O segundo caminho é para que eu possa construir uma reflexão sobre o meu constituir-se como quilombola, agregando a essa identidade o que me torna comum à uma comunidade, o que me faz ter cuidado e respeito à ancestralidade. Dessa forma, da mesma forma que definimos quem somos, esse quem somos também significa de onde viemos, por isso nos foi necessária a reflexão do ser Quilombola e quais as leituras sobre o território e suas relações particulares de pertencimento. Nesse particular, dialogamos com José Arruti (2008) que nos ajuda a trazer algumas dessas reflexões em relação ao que se define ao local de origem dos quilombos e como esse termo se constitui e se transforma por meio das significações de sua definição ao longo do tempo.

Tempo esse que assim como nos contextos narrados em histórias gerais, também se apresentam nas histórias individuais de vida na atualidade. Também trago as reflexões contextualizadas desses processos pelos quais somos atravessados na construção de uma identidade que advém de um povo que historicamente não lhes foram dadas as liberdades de falar por si. Quando trago a apresentação da Comunidade e reflito sobre o ser Quilombola, e o que isso representa hoje.

Pensar o processo de construção das identidades e de reconhecimento dessa identidade politicamente, perpassa pela compreensão de como ela se dinamiza nos diferentes momentos e contextos históricos e, portanto, quais caminhos nos conduzem às releituras de cenários descritos por aqueles que não puderam fazer essa escrita.

Por aí entro no terceiro caminho. O processo de construção do quilombo e da identidade quilombola é atravessado por tensões. Assim, percebemos também os desafios desenhados por meios dos conflitos, sejam estes no encontro relações de um contexto violento e de negações, sejam também pelas barreiras encontradas no caminho da

formação. Nesse momento dialogaremos com Sandra Lencione (2012) sobre esses processos de violências espoliativas pelo qual ainda hoje passamos e relemos nas próprias histórias em particular, quando saímos para olhá-la de fora.

Mas a resposta aos conflitos é o nosso quarto e último caminho. A escolha pela educação nos ajuda a seguir. Assim, também reflito sobre a importância da educação como ponte que possibilita a chegada de mais estudantes quilombolas às universidades, sendo a formação destes, a nova frente de enfrentamento em defesa das lutas coletivas do território quilombola. Para que haja novas perspectivas de formação e de transformação social por meio do acesso à melhor qualidade na formação a partir da educação do campo.

Por isso, Paulo Freire (1996) nos auxilia a pensar que a educação não é e não possui apenas um caráter de formação educacional, mas que tem papel fundamental no processo de transformação social, de mesmo modo, é o que norteia esse percurso de uma busca constante. Mudar a realidade a qual não nos sujeitamos a pertencer, e pertencer aos espaços que escolhemos amparados pelos direitos de acesso a lugares que nunca foram nossos, para sermos protagonistas da nossa própria história.

Por fim, ainda mostraremos quais as perspectivas e possibilidades que essa análise nos possibilita pensar, no contexto das formações de estudantes quilombolas nas universidades públicas, como esses espaços vêm nos acolhendo e de que maneira podemos ter a universidades como nosso lugar de fala também.

2. Quando a minha história se torna o elemento central do meu trabalho

O sentido desse texto é tomar a história de vida como referência à reflexão do sentido da educação no processo de afirmação negra e quilombola na Amazônia e, por meio desta reflexão, trazer elementos das narrativas e leituras do contexto vivido sempre relacionando-as às reflexões dos autores e autoras.

De modo que esse exercício temático da escrita esteja interligando o sentido das falas, no meu olhar particular de maneira mais subjetiva sobre a experiência vivida, mas também a partir da reflexão de outros autores e outras leituras que me possibilitem o diálogo.

Desse modo, apresenta-se de maneira marcante as características do eu de quem escreve e, portanto, não esconderei isso no decorrer desse texto. Embora possa não ser tão comum esse tipo de produção, encontro respaldo em quem, antes de mim, fez esse percurso, como nos diz Grada Kilomba: "eu sou quem descreve a minha própria história e não quem é descrita" (KILOMBA, 2019, p.28), assim também o faço por meio de uma escrita com características particulares de quem diz, de modo que: "enquanto escrevo, eu me trono a narradora e escritora da minha própria realidade, a autora e autoridade na minha própria história" (KILOMBA, 2019, p.28).

As histórias tendem a começar em um lugar e por meio da narrativa de outras pessoas, é limitante "olhar para dentro" da própria consciência e buscar na memória aonde tudo

começou. Então, começamos por partes fragmentadas que são ordenadas para ter o ponto de partida que não é o início. Assim construímos as narrativas de nossa história. Em seu texto Grada Kilomba citando Bell Hooks usa dois conceitos de “sujeito” e “objeto” argumentando que sujeitos são aqueles que “tem direitos de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias” (Hooks apud Kilomba, 2019). Se não há esse direito, falamos de objetos. Antes de tomarmos consciência da nossa existência e, assim, passarmos a interpretar a nossa realidade, descrevendo as experiências e interações com o mundo externo, somos um conto de outras vozes.

Não há uma definição muito específica do tempo para o início da narrativa de uma história, isso vai depender de quem a escreve. Então, como começaria a falar da sua história? Do lugar onde nasceu? Das pessoas da família como os pais, avós ou outros? Do momento em que talvez acredite que a memória fizesse lembrar mais precisamente pessoas, situações? Talvez seja necessário juntar um pouco de cada uma dessas possibilidades. Necessitamos de um lugar, lugar de origem, lugar do acontecimento, o lugar de fala, de pessoas, de situações. Desse modo, também se questiona, quem é o sujeito dessa fala? Ou de que maneira essa fala é ouvida e validada?

(...) encontra primeiro a ideologia colonial que argumenta que grupos subordinados se identificam de modo incondicional com os poderosos e não têm uma interpretação independente válida de sua própria opressão - e, portanto, não podem falar. Em segundo lugar, a ideia de uma subalterna silenciosa pode também implicar a alegação colonial de que grupos subalternos são menos humanos do que seus opressores e são, por isso menos capazes de falar em seus próprios nomes (PATRÍCIA HILL COLLINS, apud KILOMBA, 2019)

As histórias são feitas da junção fragmentada de vários momentos e leituras sobre a realidade de quem a lê e descreve, no contexto que a situa. Assim, organizam-se os acontecimentos cronológicos ou pela sequência trazida em memórias de como ocorreram, dada importância de sua reprodução rememorada, contada, descrita e finalmente escrita. “Não importa” o fator que o traz à tona, ele existe e estará lá para se desenvolver em nossos ditos ou de outros. Portanto, falar da própria história e falar também “arretalhadamente” de muitos outros. Quando uso a meu modo a palavra arretalhadamente, faço uma reescrita de retalho, como “tal posição de objetificação que comumente ocupamos, esse lugar da ‘Outridade’ não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou de interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade negra” (KILOMBA, 2019, p. 51). Como escrever sobre uma história que envolve grandes desafios e trata de questões tão emblemáticas quanto a particularidade de quem a escreve? Ser o sujeito da própria história é olhar para dentro de si, ir ao encontro do passado e reencontrar sonhos adormecidos, é reconhecer as limitações e a falta de conhecimento sobre o que ainda é uma incógnita para as respostas que temos buscado ao longo da vida.

Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas, consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas em nossa cultura, e mesmo em nós (KILOMBA, 2019, p. 51).

A autonomia, rebeldia de tornar o Eu visível, sem tempo de levantar as armaduras, sem

chances de “eles” criarem as regras para ocultá-lo. Autonomia e a rebeldia do Eu. Mas ser sujeito da própria história é, também, traçar caminhos que ninguém jamais traçou, é, de modo particular, confrontar tudo que o cerca. É, também, o sentido que dá a liberdade de ser quem você mesmo tem escolhido ser e, para isso, é necessário o enfrentamento do andar na “contramão” por onde o percurso foi feito para fazê-lo voltar e não avançar.

Quem precisa remar contra a maré tem sempre o esforço dobrado para chegar ao porto. Não nascemos com um caminho feito, mas com as amplas possibilidades de construir e de mudar conforme as escolhas e as interferências que, ao longo da vida, sofremos. Isso nos remete à dor, sofrimento. Não por menos, o fazer com que esse esforço seja a ação movedora da transformação, como o barco que se move na contramão da maré, é sentir o quanto as mudanças nos são dolorosas. O nascer dói, o crescer dói, o cair e se machucar dói. Então experimentamos as dolorosas transformações da vida desde o início, mas isso não é um fardo a carregar.

Fazer algo novo, assim como o nascimento de uma nova escrita, o nascimento de uma ideia, daquilo que seja capaz de transformar, sim é um processo que leva tempo para se amadurar e que tem levado séculos para que seja validado e, mesmo assim, ainda preciso procurar as palavras para fazê-lo, e “nesse sentido, a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a” (KILOMBA, 2019, p.51).

Mas o que seria esse novo? É a reformulação da história pelos “não ditos até aqui”, ouvindo a voz do silêncio por meio da produção escrita das nossas histórias que precisam estar lá, por nossas vozes, em nossos textos e por nossos ditos. Sabemos que isso é extremamente desafiador como nos relata Grada Kilomba no seu processo de escrita, que assim como este, precisa de algum modo ser validado e para isso, precisa descer na garganta aquela repetida frase com reformulações, no que ela descreve que:

Como acadêmica, por exemplo, é comum dizer que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém, não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais negras/os residem: ‘Você tem uma perspectiva demasiado subjetiva’, ‘muito pessoal’, muito ‘emocional’, muito ‘específica’, ‘Esses são fatos objetivos?’. Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. (KILOMBA, 2019, p.51).

Indo na contramão do que ainda hoje é limitador da autenticidade da escrita pelo Eu, e, portanto, uma escrita na contramão das regras que nos causam embaraços. Fato é que, é necessário nascer a rebeldia de se libertar, deixar de seguir certos padrões que o faça ser silenciado de seus protagonismos, portanto, a autonomia da escrita será apresentada pelo Eu presente, visível, legível na maneira em que se expressa aquele que está a falar pela própria voz sobre a experiência vivida.

Desse modo, esse texto dialoga diretamente com os escritos da autora Grada Kilomba, como já percebido pelas referências pelas quais se assemelha ao pensamento sobre o ato de descrever-se. E, portanto, não se propõe a uma escrita comum, até porque não seria possível de ser, pois, não é da natureza de quem a escreve ser comum a esse ponto por suas particularidades sobre a maneira do dizer, as quais não lhes permitem a

padronização escrita, e isso tem um caráter significativo de existência. Não por menos, ainda é pouco reconhecida esta forma de escrever.

Mas que este texto não seja o único, existem muitos outros com o entalo na garganta, para falar por si e para aprender sua maneira de dizer. Desse modo, proponho que, ao longo dessa história, isso se apresenta com sentido de “rebeldia” para discorrer uma análise sobre o pensamento crítico do lugar de fala. Não se trata de uma rebeldia como expressão grotesca sem um sentido ou objetivação, mas de modo particular de interpretação e releitura do que está sendo dito como possibilidade existente de fazer uma nova leitura do próprio Eu, uma vez e várias vezes, invisibilizado.

2.1. Pela minha comunidade, pela minha identidade, pelo meu território

Eu sou de um lugar, vim de um lugar, sejam bem-vindos a um dos meus lugares de vida. A Comunidade Quilombo Santo Antônio de onde vim, está localizada no Município de Concórdia do Pará, Região Nordeste do estado, às margens do Rio Bujaru, tendo também acesso pela PA-140, em seu KM.39, no ramal Curuperé. A comunidade Quilombo de Santo Antônio foi fundada no ano de 2001 no dia 22 de dezembro, através da criação da Associação ARQUINEC (Associação Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará), que surgiu a partir da organização coletiva de moradores em diálogo com as organizações religiosas vinculadas à Igreja Católica e à CPT (Comissão Pastoral da Terra) e à Movimentos Sociais. Nesse período, a Comunidade Santo Antônio ainda era pertencente à Vila de Santana, no Município de Bujaru-PA. A participação de religiosos como o Pe. Sergio, foi fator contribuinte para a criação de uma nova Comunidade por meio da organização coletiva e dos trabalhos missionários da Igreja Católica na região.

Por meio de trabalhos de pesquisas realizados com grupos de evangelização foram percebidos que aqueles agrupamentos, em suas dinâmicas de vida, cultura e relações familiares, possuíam traços históricos específicos e que estariam certamente representando grupos sociais de culturas de origem afrodescendentes. E isso se apresentava, também, nas narrativas históricas dos moradores mais antigos ao trazerem os relatos de onde vieram seus avós, por exemplo, bem como eram as relações e as dinâmicas de vida em tempos passados.

Os quilombos formados por escravos fugidos, indígenas e desertores situavam-se nas cabeceiras dos igarapés Cravo, Dona, João, Curuperé. Desses engenhos ficaram algumas ruínas, seus donos abandonaram as terras. Muito diferente dos homens e mulheres que continuaram abrindo roças de mandioca, arroz, milho, feijão, caçando nas matas e pescando nos igarapés e rios, formando famílias e ocupando as antigas fazendas. Hoje eles demandam a titulação do território conquistado ante o avanço das fazendas (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2006, p.03)

É a partir desse processo que os moradores passam a levantar questões a respeito da formação de uma identidade coletiva, e é através das organizações religiosas, principalmente, que se levanta a bandeira da resistência e existência do povo negro na luta pelo território. Desse modo, fazendo de maneira breve esse recorte, são trazidas as discussões a respeito dos afrodescendentes, com a participação do, então, advogado, Dr.

Gerônimo Tedânia, que, na época, através de estudos realizados naquela região do baixo Rio Bujaru, descobre que nessas comunidades havia vestígios característicos dos antigos quilombos.

O processo de reconhecimento desse território, bem como a titulação coletiva das terras, foi marcado por lutas e resistências, mesmo por parte da comunidade, visto o medo e, também, as ameaças por meio de grandes proprietários e de interesses individuais de políticos sobre o território. No relato dos moradores, que estiveram mais diretamente à frente dessas mobilizações, aparecem a descrição de cenários assustadores, impulsionados pela ganância do poder.

Fazendo uma reflexão sobre o contexto de formação dessas Comunidades, bem como o processo de reconhecimento de uma identidade, a partir da formação do grupo social por meio das características dos modos de vida, que referenciam esse tipo de relação estabelecida por povos que vivem em comunidade e partilha, Arruti (2008) nos fala da “ressemantização” do termo quilombo(s), fazendo uma releitura dessa categorização, por meio da análise de como essas relações foram e/ou são reestruturadas de acordo com os interesses e o contexto histórico, e das objetivações apresentados ao Ser Quilombola na sociedade contemporânea.

Antes de ser chamado Quilombo nós o chamávamos de Sítio e não tínhamos a compreensão da identidade histórica por trás dessa nomenclatura, mesmo que a categorização desse termo ao grupo social em questão já estivesse sido formulada. Arruti (2008) faz referência ao extinto Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA):

O documento inicia reconhecendo que “ainda que tenha um conteúdo histórico, o [termo ‘quilombo’] vem sendo ‘ressemantizado’ pela literatura especializada e pelas entidades da sociedade civil, que trabalhavam junto aos “segmentos negros em diferentes contextos e regiões do Brasil (ARRUTI 2008, p. 02).

As relações, vivências compartilhadas por meios dos grupos familiares formados por parentes, cuja herança era o território e a dinâmica da cultura repassada de geração em geração. Eu ouvia dizer que o sítio era do meu avô, ou do meu bisavô, que deu um pedaço de terra para o filho, que logo constituiu família. Assim as histórias eram contadas, algumas das histórias e as referências territoriais adivinham desses grupos familiares, dos tipos de cultivo e das reuniões chamadas de mutirão, muito característica de uma cultura que relaciona as ações práticas e de vivência por meio das dinâmicas da família “caracterizados” também por alguns traços substantivos, todos relativos à sua territorialidade, como o predomínio do uso comum [...]que tomam por base laços de parentesco e vizinhança” (ARRUTI, 2008, p.02)

A família, como um coletivo, mantém-se estruturada e organizada enquanto grupo, assim também nas atividades desenvolvidas por estes com o uso dos recursos naturais, numa relação de proximidade e respeito à natureza, o corpo é parte do espaço físico, do ambiente em si e tudo aquilo que se conecta a ele. Essa representação de pertencimento à natureza, foi sendo construída por meio das dinâmicas estreitamente vivenciadas no manejo da terra, pelo cultivo, mas também pelo artesanato, por exemplo.

Na comunidade, há uma relação com a natureza com comportamentos dados de maneira conciliada. Há respeito à “terra mãe”, através de uma troca constante entre o “nascer e o morrer”, a terra gerando vida, fazendo a manutenção das várias formas de vida, e nos recolhendo quando o ciclo se encerra. Em uma das referências de meus escritos:

A terra com tudo que possui, dá condições à vida humana e dela fazemos o manejo das espécies as quais a sabedoria de cuidar nos foi atribuída pela própria natureza. Desse modo, somos alimentados e alimento do mesmo ser natureza, e ao passar por todo processo de nascimento e de crescimento, alguns reproduzem os frutos de sua espécie, e com estes, ao saber que lhe foi atribuído e acrescentado pela experiência ao longo da vida, é mantido e levado adiante por novas vidas nascidas desta. Os que concluem o ciclo são devolvidos ao chão e servem de adubo para os que estão a germinar. (LARISSA COSTA, 2022).

Ao longo da trajetória de vida, o espaço hoje denominado quilombo de onde se origina minhas raízes (meu nascer) e parte de minha história, assim como de tantos outros que viveram juntos de mim por percurso, bem como os que me antecedem. Esse encontro, ou essa maneira de se reconhecer numa identidade que parte da compreensão de como politicamente as organizações enquanto grupo social vem buscando o reconhecimento de sua existência, no sentido de alcançar efetivamente nossos direitos enquanto população negra, os quais historicamente nos foram negados.

Um novo olhar é incorporado às comunidades anteriormente denominadas Sítios, formados por grupos familiares reforçando a luta por direitos sociais, bem como a conquista histórica de proteção à Terra, fonte de produção cultural, artesanal e de vida dos povos da floresta. Meio pelo qual tiram o seu sustento e mantém uma cultura peculiar em conciliação com a natureza e seus modos de vida, bem como por uma relação espiritual com esses elementos que têm suas significações como algo sagrado.

Porém, essas relações não são somente marcadas pelos encantos e a beleza da natureza. Para que houvesse o reconhecimento enquanto Território de Comunidade Tradicional Quilombola, houve também mobilização política e social em defesa desse território, da manutenção da cultura e do direito de permanência na Terra. Desse modo, ao falar da Ressemantização desse termo e das características que as configuram nos diferentes momentos históricos, Arruti (2008) vai nos trazer algumas releituras do termo por meio do que ele chama de ressemantização, que é, nada mais nada menos, do que definir momentos históricos em que esse termo é apresentado dentro de determinados contextos.

Ao fazer esse apanhado e trazendo a contextualização desses processos históricos, Arruti (2008) nos apresenta momentos de maneira mais específica, nos quais a ressemantização do termo quilombo se apresenta, sendo o primeiro momento definido pelos “escravos fugidos”. Tal identificação dos quilombos significava a repressão sob interesses da legislação colonial e, portanto, “neste contexto, afirmar a existência de um quilombo significava apenas identificar um objeto de repressão, sem que isso necessitasse ou implicasse qualquer conhecimento objetivo sobre tal objeto” (ARRUTI, 2008,p. 04).

Arruti (2008) define o segundo momento da classificação de ressemantização do termo quilombo(s) ou do ser quilombola, como uma estratégia de “resistência política” trazida aqui para o contexto da formação acadêmica e como se apresenta a formação nesse sentido, a fim de que a presença e permanência na(s) Universidade(s), seja reconhecida nesse sentido como parte de uma conquista que representa mais do que um indivíduo que dialoga suas experiências de formação na produção científica, ou de maneira particular, mas representa também uma Comunidade, representa uma população, um território, uma sociedade.

A referência à África é substituída pela referência ao Estado ou às estruturas de dominação de classe e o quilombo (em especial Palmares) serve para pensar as formas potencialmente revolucionárias de resistência popular. Se o problema teórico da contra-aculturação emergia do interior do debate propriamente acadêmico, mais tarde apropriado pelo movimento social negro, o problema da resistência política de classe nascia do próprio protesto político, ganhando espaço acadêmico na medida em que este também buscava tornar-se crítica política” (ARRUTI, 2008, p. 05).

Quando rememoramos por meio das narrativas das lideranças comunitária, trazendo para a escrita o registro desses relatos de como foi o processo de titulação do território quilombola, firmando ali o direito pela terra, agora território, o que também traz na contextualização do texto de Arruti (2008) sobre Quilombos ao falar de “Remanescentes”. Termo também utilizado nas falas dos moradores ao referenciar as raízes descendentes, o que se configura também em meio às características de pertencimento para afirmação de uma identidade, que está relacionada ao reconhecimento do território por meio da ancestralidade do povo negro, dos quais nos originamos cultural e socialmente.

Desse modo, esse trabalho também se insere nesse processo de ressemantização. Ao caracterizar os processos de formulação de identidade do(s) indivíduo(s), por meio de suas relações, bem como, com o território, seus modos de vida, e o contexto de formação, num diálogo permanente e constante entre os saberes e a cultura na construção do conhecimento, é também importante pensar a educação e a produção da escrita acadêmica, por exemplo, a que se referencia este trabalho, como estratégia no fortalecimento das lutas pelo território, amplificando vozes a sujeitos, de modo que isso apresente também a existência daqueles que compõem e dinamizam essas relações entre o campo, a territorialidade e a sustentabilidade, na luta social por direitos e pelo território. Portanto, fazer da memória do percurso formativo um processo de constituir-se enquanto sujeito em uma sociedade em constante transformação, é fazer desse ato de escrever a própria história nesse formato, a tentativa de estabelecer esse diálogo, trazendo apontamentos que levem a perceber dentro desse exercício as dinâmicas que cruzam esse percurso de vida por meio das narrativas que se desenham pelo caminho.

No ano de 2006, através do trabalho de professores e pesquisadores da Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade Estadual do Pará -UEPA e da Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ, e por meio do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, da Série: “Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos” foi produzido, em colaboração ao coletivo das Comunidades Quilombolas de Bujaru e Concórdia do Pará, o Fascículo de nº 11, intitulado: “Quilombolas de Bujaru e de Concórdia”, o qual traz um histórico da fundação das Comunidades por meio da criação das Associações

ARQUINEC (Associação Remanescente de Quilombos Novas Esperança de Concórdia do Pará) que representa os moradores das Comunidades pertencentes ao Município de Concórdia do Pará, e ARQUIOB (Associação Remanescente de Quilombos Oxalá Bujaru), representando os moradores das Comunidades Quilombos do Município de Bujaru-PA, além dos grupos do Movimento de Mulheres da Comunidade de Santo Antônio.

O trabalho que foi, então, publicado no ano 2006, como resultante de levantamento de dados de pesquisa dos anos anteriores trabalhou temas de interesse social de grupos de Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, Assentados, entre outros em situações de conflitos sociais em defesa de seus territórios. Nesse sentido, trago a referência desta pesquisa, para melhor apresentar o processo de Reconhecimento e titulação do território Quilombola da ARQUINEC, onde se localiza a Comunidade Santo Antônio, a qual faço parte, enquanto moradora e Filha dessa luta e desse território.

Por volta do ano 2000 a 2001 houve uma intensa movimentação para que as Comunidades identificadas com traços históricos provenientes de descendência afro-brasileira ou os afrodescendentes, tivessem o reconhecimento e titulação do território como Comunidades Tradicionais Quilombolas:

Nós fundamos a Associação de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia do Pará em dezembro de 2001. Nessa reunião participaram 150 pessoas. A Associação é formada pelas comunidades de Cravo, Igarapé Dona, Ipanema, Curupeté, Santo Antônio, Campo Verde, KM 35 e Castanhalzinho. Na ata da Assembléia de fundação lê-se: Com pesquisas feitas nos, nos auto definimos como Remanescentes de Quilombos no sangue e na cultura. Estavam presentes 53 pessoas (NOVA CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA, 2006, p.08)

O enfrentamento se dá na luta pela terra e pelo território, através do reconhecimento do trabalho e a identidade coletiva. O protagonismo de mulheres, homens, jovens e crianças, que se mobilizam e se organizam, seja na produção artesanal, pelo extrativismo, atuação política e o enfrentamento direto às diversas formas de preconceito e violência sobre seus corpos e seus territórios. A resistência se faz nos enfrentamentos e a educação contribui significativamente nesse processo.

Nesse sentido, falamos de sustentabilidade, relacionando-a aos modos de produção vinculados aos Sistemas Familiares de Produção do Quilombo. A agricultura como um processo de cultivo e manejo da terra, conciliados a um conjunto de padrões que envolvem os conhecimentos, saberes, costumes e valores culturais e morais de um determinado grupo social. O que difere de outros processos de produção, em que o cultivo está voltado diretamente à produção capitalista e à reprodução de monoculturas em grande escala e a indústrias.

Esse sistema capitalista de produção, tem por característica relações de conflito com outros modos produção, que se estruturam dentro de uma lógica anticapitalista, e por esse motivo, acabam passando por um processo de cercamento e controle do trabalho, que reflete diretamente na dinâmica das atividades produtivas do campo e as suas relações sociais. Os principais desafios para os povos do campo hoje, talvez seja a permanência no território e a manutenção da vida e de suas práticas culturais,

ameaçadas pelas dinâmicas capitalistas que avançam rapidamente sobre seus territórios.

A educação sempre foi vista como meio de valorizar o sujeito por meio da formalidade e ou do reconhecimento documental de quem somos nós. Desse modo, a educação é pensada como um processo formativo do ser humano e de seu desenvolvimento. Portanto, estão relacionados a esse processo pedagógico, um conjunto de elementos e metodologias que se articulam didaticamente na construção do saber. Atrelados a esses processos, encontra-se o território, não somente como área ocupada pelos sujeitos e por estes defendida e disputada, através dos meios de produção e seus modos de vida.

A formação acadêmica hoje, representa além de uma conquista para os povos do campo, é também um forte aliado no fortalecimento da luta e no reconhecimento dos saberes e do modo como hoje está sendo pensada a produção do conhecimento pelo protagonismo dos sujeitos do campo e cidade, em que a educação deve estar para além da sala de aula e em diálogo com outros saberes, na troca de experiências que constrói a educação coletiva, dialogando com as comunidades, fazendo das escolas espaços de formação e esperança de resistência na construção do conhecimento em diálogo com outros saberes.

2.1.1. Pelos conflitos e ameaças ao que construímos como bem comum

Ao longo dos anos passamos por muitas transformações, e, por isso, foram necessárias muitas lutas por nossos objetivos. Objetivos estes que também mudaram com o tempo e com a conquista daquele que vieram antes de nós. Se antes lutávamos pelo reconhecimento de sermos quilombolas, hoje precisamos continuar a lutar pela vida, por uma morada, por ideais comuns.

Percebemos muitos interesses rondando nosso território, o capitalismo chegou e com ele muitas frentes estão na contramão aos nossos interesses da comunidade.

Os territórios quilombolas e indígenas no Pará estão sendo profundamente modificados com a implementação de atividades econômicas: madeireiras, mineradoras e agropecuárias; com a abertura de estradas, ramais, linhas elétricas, com a criação de novas cidades que acompanham os novos municípios (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2006, p. 9).

Nossa comunidade, infelizmente, também foi sitiada por essas frentes. Uma delas foi o plantio de dendê que veio como um cerco às comunidades negras:

Os estudos iniciaram em 2007-2008 com o registro de realidades localizadas nos municípios de Moju e Concórdia do Pará, que evidenciavam o início do cercamento ou ilhamento de comunidades quilombolas pelas plantações em grande escala do dendê. Ainda não havia sido desencadeada a fase explosiva, bem mais recente (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, SETEMBRO, 2014).

Desenvolver-se enquanto coletivo é ver maiores possibilidades que subsidiem e deem suporte à manutenção de nossas práticas culturais, por exemplo, possibilitem melhor

acesso à educação, o que significa um processo voltado à nossa realidade, respeitando os espaços e os dinamismos de nossa cultura, que estão diretamente ligados às relações de pertencimento com o território e os nossos modos de cultivo e manejo. Entretanto, o que vemos no entorno e nos afrontando são outros processos chamados de desenvolvimento, mas que desrespeitam nossas raízes e tradições:

A monocultura afeta o aquecimento do planeta, pois destrói a biodiversidade e impede que a água e a umidade das chuvas se mantenham em equilíbrio com a produção agrícola. Além disso, faz uso intenso de agrotóxicos e máquinas (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA SETEMBRO, 2014).

Tivemos os desafios da fragmentação dessas lutas, sabemos que as organizações coletivas têm uma grande potência representativa na busca por esses direitos, é o que representa as várias vozes e assim a possibilidade de serem ouvidos. Passamos por momentos de tensões que certamente interferem diretamente na organização do povo, diante daqueles que nos cercam, a expansão dos grandes empreendimentos de monocultivos em nossa região é uma realidade presente que vem se enlanguescendo, num projeto de desenvolvimento falso e ambiciosos dos grandes. Como diria Sandra Lencioni (LENCIONI, 2012, p. 48): "o roubo de terras também se constitui num exemplo de acumulação primitiva de capital". Estamos diante da dita acumulação primitiva ou acumulação por espoliação, pois nosso bem comum está sendo roubado.

Documentos falsos de registro de propriedades são forjados, "as terras estão sendo comercializadas, as áreas ameaçadas" (Fascículo nº 11, Nova Cartografia Social da Amazônia, 2006). A ocupação ilegal de terras, conhecida no Brasil como grilagem, incide, sobretudo, sobre as terras públicas. Para isso, os grileiros contam com a ajuda de cartórios, praticam a violência expulsando, quando é o caso, posseiros e comunidades indígenas. (LENCIONI, 2012).

Assim também a força das lutas se torna movedora e depende do esforço de cada um somado ao coletivo pelos mesmos objetivos. No entanto, percebemos que os grupos sociais de nossa gente, tem se mostrado um tanto fragilizados, e, para isso, buscamos a presença dos jovens, estando atuantes nessa luta hoje. A presença jovem como nova frente dos enfrentamentos, por meios dos acessos aos diferentes meios de atuação. Nossas lideranças dizem "queremos nossos jovens atuantes e se fazendo presentes em todos os lugares" a fim de nos representar e estar na linha de frente na defesa de nossa terra, de nossos interesses e na busca por novas conquistas.

Nossos pais, avós e outros que antecederam levantaram a bandeira de luta e hoje devemos dar continuidade. Os impactos chegaram até a nossa geração e hoje somos o combustível para continuar os percursos e mudar a realidade das coisas. Por isso, continuaremos a avançar em nossas conquistas, reivindicamos melhores condições de acesso à educação, às tecnologias de informação, à proteção contra as diversas formas de violência.

Ainda somos alvos, quando vemos a maneira precarizada em que conseguimos fazer com que esses recursos cheguem. Temos um sistema educacional debilitado pela falta de investimentos públicos e de políticas públicas de acesso, logo lidamos, também, com

brechas que abrem caminho para o que hoje é uma realidade e que nos preocupa, estando cada vez mais próximo do jovem a violência em seus vieses. A violência nos territórios é realidade e precisamos falar sobre isso. Jovens que poderiam seguir por meio da educação e da qualificação profissional, da formação no ensino superior, infelizmente são perdidos pela falta de estruturas, pela falta de incentivos, mas também pela lógica das monoculturas que nos aflige.

A monocultura e a lógica capitalista com a propriedade privada trazem junto consigo inúmeros outros problemas. Infelizmente, hoje temos um índice considerável de jovens (não somente) que estão em contato com o uso de drogas nas comunidades. É questão a se falar e falar em voz alta, pois junto a isso aumenta o índice de violências. Falo da violência doméstica, de violências físicas, por meio de desavenças entre pessoas que perdem a noção com uso excessivo de bebidas alcoólicas e, junto a isso, o uso das outras drogas. Assim, desencadeia uma série de outros fatores que estão ligados uns aos outros. Se não tenho acesso à educação, se não tenho incentivo às formações e tão pouco condições a isso, logo entro em contato com o mundo que desumaniza. Assim vou estar reforçando o aumento nos índices de violências, vou abrir portas para que jovens percam o interesse pelo território.

É assustador olhar para um jovem sem perspectivas boas para o futuro, é assustador ter que pensar numa sociedade que sempre lutou para se proteger desse mundo violento, e ver a violência escancarando-se do asfalto à estrada de chão. São coisas que por mais que antes houvesse (não podemos dizer que isso seja coisa de hoje), mas que talvez antes eram situações pouco vistas, porém hoje está cada vez mais escancarado. Casos de violência sexual com jovens e crianças, cada vez mais adolescentes grávidas e que talvez não tiveram orientações o suficiente, ou não há de fato um órgão responsável atuante para olhar para essas questões de cunho social, junto a isso a falta de coragem para denunciar.

A escola não parece ser o suficiente para orientar, porque fora dela há uma outra realidade que está exposta a uma série de outros fatores que somente a escola não pode intervir. A atuação dos conselhos Municipais, dos órgãos públicos de segurança, dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente ainda é falha, por isso precisamos formar para estar lá nesses lugares. Se há essa fragmentação das lutas por direitos e pela manutenção desses, por falta de apoio dos órgãos representam, o que podemos fazer para mudar essa realidade?

A educação é transformadora, o conhecimento é libertador. Se investimos em conhecimento, diminuiremos os índices de violências, faremos com que o território realmente seja nossa escola. Somos fruto de grandes transformações, cheias de potencialidades capazes de fazer muito pelo mundo em que acreditamos ser possível. Se não trabalharmos pelas coisas que alimentem os bons frutos da terra, estaremos empobrecendo o solo e reforçando a proliferação de deficiências que consomem o que poderia ser o melhor das espécies, analogicamente falo de terra, natureza e da humanidade enquanto sociedades.

3. Eu e a escola de onde vim: pelo rio, pela estrada, pelos caminhos e ramais

Eu cheguei à universidade, mas antes disso é preciso dizer de que escola vim e quais os percalços desse caminho. Desde muito cedo lidamos com uma disparidade que interfere diretamente na formação do ser humano e que muitas das vezes, lá onde o acesso a recursos tecnológicos é bem limitado, ainda há internamente outras limitações que se somam e fazem com que tenhamos que subir os degraus mais lentamente. Vendo pelo território, subimos vários outros degraus de uma relação humanidade e natureza que só o território pode nos dar.

Ao longo das reflexões sobre essas questões vou trazendo relatos de experiências no processo formativo educacional e acadêmico tanto pessoal quanto os de outros estudantes, que compartilharam em vários momentos dessa mesma realidade, inclusive fazendo análise sobre os referidos, trazendo aspectos que se conversam e se encontram em momentos diferentes do percurso formativo, mas que fazem parte da mesma problemática que se repetem pelas mesmas questões.

Para melhor localização, estamos falando a partir das comunidades tradicionais quilombolas localizados em áreas rurais no Município de Concórdia apresentadas no início desse texto, que por sua localização, ocupam áreas de reservas florestais e, assim, há dificuldades de acesso logístico em sua grande parte, pois as condições das estradas são bastante precarizadas (por onde se tem estradas).

Estamos falando de estradas não asfaltadas (os ramais) e de áreas onde o clima e as estações são divididas basicamente em inverno e verão, mais chuvoso e menos chuvoso, características da região amazônica. Essas estradas (ramais) não passam por manutenções periódicas, logo, no período chuvoso (inverso), o volume de água das chuvas constantes deste período causa escavações nas margens das estradas e, também, recortes, abrindo valas de curso de água pelo meio dessas estradas, o que tende a se agravar ao longo dos anos, pois não há uma manutenção constante desses pontos que sofrem essas inundações.

Além disso, são trechos bem longos desde a PA 140 (Rodovia asfaltada que ligam os Municípios de Bujaru e Concórdia e também dá acesso aos centros urbanos das Cidades para o caso das comunidades rurais) até as comunidades que se localizam mais à dentro ou mais próximo aos rios. Isso se dá pela própria constituição dessas comunidades, antes o acesso se dava exatamente pelos rios, logo o povoamento dessas localidades está normalmente mais próximo aos rios e igarapés.

Desse modo, com a abertura das estradas, esse acesso por via terrestre abriu portas, também, para a chegada de outros recursos, como, por exemplo, a energia elétrica. Vejamos que o processo de desenvolvimento abriu caminhos para a entrada de novos recursos às comunidades rurais dos interiores mais afastados dos centros urbanos. Logicamente que a abertura das estradas também levou tempo para que chegassem a alguns vilarejos, fato que pela localização em áreas que proximidades aos rios e igarapés (áreas de várzea, ou seja, de terrenos úmidos e/ou molhados) algumas comunidades não tiveram esse acesso.

Outras tiveram que passar pelo processo de aterramento do terreno para que a estrada desse acesso a estes lugares. Tudo isso implica em situações que refletem até os dias de hoje nos desafios enfrentados pelos alunos para conseguirem ir à escola. Nas

comunidades onde não tem escolas de ensino básico, os alunos precisam se deslocar a outras por meio dos rios e das estradas.

Daí lhes apresento, uma outra problemática para além da falta de escolas em comunidades mais distantes: o transporte escolar, ou os meios de transporte que os alunos precisam utilizar para acessar a escola em comunidades vizinhas. Se os ramais não chegam a todos os vilarejos é necessário seguir pelos caminhos que antecederam as grandes estradas.

Os rios, os caminhos (trilhas) e, assim, percorrer esses caminhos até um ponto onde se acessa a estrada, ou até a escola diretamente. Porém, para chegar até lá há uma longa e árdua jornada que vivenciei desde a primeira escolinha até os estágios da faculdade. Quando mencionei que as histórias continuam a se cruzar, vais entender a referência por meio dessas descrições. Imagine as crianças, jovens, adolescentes que moram nessas localidades que não tem a escola e precisam fazer esse deslocamento diariamente para poder estudar? Agora imagine somado a isso, o fato de essas mesmas crianças serem responsáveis pelo apoio à manutenção das atividades junto a seus familiares nos plantios de roça, nos cuidados da casa e dos irmãos mais novos? Escola na comunidade é direito à formação com o território.

Não é só um imaginário, é fato que ocorre e é real, para ter acesso à educação escolar as crianças desde o berço passam por inúmeros desafios e muitas delas carregam consigo uma infinidade de sonhos e idealizações de um futuro promissor, nenhuma dessas sai de suas casas sem ter em mente ao menos o imaginário de onde poderá chegar se continuar trilhando aquele

caminho. Vejamos um trecho da entrevista realizada durante umas das etapas de estágio do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, junto ao aluno de ensino médio Manoel Trindade da Silva, morador da Comunidade de Santíssima Trindade, também conhecida como Comunidade “Dona”, que fica localizada no interior do município de Concórdia do Pará, sendo também comunidade pertencente ao território quilombola da ARQUINEC (Associação Remanescente de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará).

(...) Olha, já enfrentei muitos desafios para eu estudar, comecei estudar eu tinha estudando no ensino fundamental 5ª série, lá no galho tinha que levantar seis da manhã andar uns 2 à 3 km, pegar o carro a estrada eu tinha o nome de estrada, muito buraco, carro quebrava, a gente tinha que ir andando e enfrentar. Mas como nós quilombolas sempre estamos na luta para nós nada é fácil e hoje a gente enfrenta desafios ainda também através da chuva, esses dias mesmo a gente enfrentou desafio aí que choveu a gente não pode chegar bem para lá a gente chegou andando mas é assim, quando a gente quer uma coisa, a gente quer a fundo tendo sacrifício, não tendo a gente tem que ir atrás, correr atrás de nossos sonhos e não abandonar nossa caminhada para gente mostrar para pra sociedade que a gente tem valor também, que a gente não está aqui por acaso” (ARQUIVO DE CAMPO, LARISSA COSTA 2020).

Era muito comum ouvir dos pais para os filhos que ‘estudassem para ser alguém na vida’, “estudar para ter uma profissão” diplomada, que não ficassem iguais aos seus pais quando estes não tiveram a oportunidade de ir à escola pelas dificuldades de acesso. Ou ainda havia aquele dito repetido também que dizia: “ou vai estudar ou vai trabalhar na

roça" soava como uma condição de escolha como se o trabalho árduo da roça fosse uma espécie de castigo.

Se não tivesse as condições, ou não fizesse as condições para ir à escola e conseguisse se manter nela até a conclusão, ano após ano, e assim poder almejar adentrar a uma universidade, ou pelo menos ter o ensino fundamental ou médio como formação educacional escolar, este estaria sujeito a dedicar-se aos trabalhos do campo e ali teria sua maior formação.

Ainda falta uma combinação entre esses conhecimentos, ainda falta respeito às suas diferenças e quebra das hierarquias entre eles. Essa foi e ainda é a realidade de muitos: "escola ou roça", mas no processo aprendi que não é uma questão de escolha, apenas de ampliar a relação.

Muitos jovens não conseguiram manter-se na escola e optaram (não sei se posso chamar de opção), mas muitos destes interromperam o processo de formação escolar ainda nos ensinos fundamental e/ou médio e de fato dedicaram-se aos trabalhos do campo, constituem família no território. Repetindo um ciclo que os avós já nos contavam e ainda estamos a ver. Mas qual a questão de tudo isso? Será que essas pessoas que se mantiveram como seus pais e avós, no seguimento das atividades do cultivo, das roças etc., tem grande responsabilidade sobre o futuro das novas gerações? Quem serão os sujeitos da transformação? E o que representa também essa permanência e reprodução de traços deixados pelos antepassados? No que isso implica nas relações culturais históricas de um povo? São questões como essas que devemos analisar com bastante cuidado, sem deixar de perceber as diversas situações que as envolve, sem deixar, também, de reconhecer que não falaríamos de escolhas excludentes se à escola nos fosse uma escolha na comunidade, se o processo formativo fosse com a comunidade, se a educação fosse educação do campo.

Para alcançar a formação que seja capaz de transformar a realidade é necessário percorrer mais do que as habituais "trilhas na mata", nossos desafios enquanto povo quilombola estão no enfrentamento das ameaças externas e dos reflexos no contexto interno, trazendo aqui os relatos do percurso de uma jovem estudante quilombola, que passou por grandes desafios no processo formativo educacional.

Durante esse trajeto estudantil, a partir da história de vida e dos enfrentamentos, a educação é elemento que serve de estrada e ponte de acesso entre mundos. Nesse sentido, também refletimos sobre como a educação é fundamental e está diretamente associada à essa reflexão como estratégia de fortalecimento do território quilombola e ações afirmativas por meio do enfrentamento que foram apresentados em recortes anteriores.

Assim também refletimos a respeito das significações do ser quilombola por suas conceituações e pela própria identificação atribuída às relações que são caracterizadas não somente por um elemento de análise conceitual, mas de muitos que, ao longo dos anos, continuam a se reformular o termo Quilombo e Quilombola, bem como a identificação dos sujeitos e de como se definem nessa relação com o território, ou como definiria um entrevistado durante um dos trabalhos de tempo comunidade do curso de licenciatura em Educação do Campo, demonstrando a importância da escola para a

produção da identidade:

(...) ser quilombola para mim é uma raça que corre atrás dos seus direitos não deixando também esquecer os deveres. A gente já fez muitas manifestações através disso aí de exemplo tá aí esse colégio que eu estudo hoje, que você estagia hoje. Se não fosse a gente ser quilombola mesmo de verdade ele não estava, porque a gente não teve muito apoio de governo federal nem estadual, nem o próprio municipal não deu muito apoio, a gente fez como no tempo dos antigos falavam a gente fez na raça mesmo na coragem esse colégio, dando um pouco do seu suor, cada um cada quilombola principalmente das pessoas mais idosas que foram a fundo mesmo, acho que ser quilombola é tudo" (ARQUIVO DE CAMPO, LARISSA COSTA 2020).

Assim "o" saber, assim "é" saber. Estamos falando de uma "teia" que interliga um ao outro, são como as ramificações de uma grande árvore mãe, ainda que no mesmo terreno, e não sejam espécies únicas, todas elas dependem do mesmo solo que é o coletivo e o individual possui necessidades de existência sobre o mesmo chão, mas isso não pode ser de maneira a tirar do outro o direito de existir.

Da mesma forma que o solo é responsável pela manutenção e preservação das espécies, ou pela desassociação entre elas, assim também a sociedade humana e suas relações com o território. Da mesma forma que os recursos naturais são necessários à manutenção biológica da vida e da própria espécie, assim também as relações estabelecidas nas comunidades. Precisamos aprender assim como na natureza as relações e dissociações são restabelecidas e transformadas, a linguagem e a comunicação também precisam passar por mudanças.

Os conhecimentos também passam a ter suas gravuras na nova escrita se delineando um percurso observatório de como se percebe nesse processo de aprendizagem ao longo da vida que anteriormente era apreendido pelo *olhar*: observação ocular e memorização da sequência capturada pela visão; *ouvir*: a gravura dos sons a atenção voltada a sonoridade, da fala aquela que explicava o passo a passo, aquela que contava as histórias em narrativas; *falar*: aquela que minuciosamente descrevia os fatos e orientava e atentamente é ouvida e gravada na memória; *fazer*: a ação prática de pôr a mão na massa, o aprender pelo fazer, o experiente sabedor faz, o aprendiz vê, ouve as instruções, questiona e coloca em prática, estando sujeito ao erro e obrigatoriamente pela repetição e tentativa o chega ao aprendido.

Cheguei à Educação do Campo e desse modo aprendi, agregar novos aprendizados, mas acolhi comigo o que trouxe e fui acolhida pelo meu olhar, ouvir, falar, fazer... De longe, penso que parece possível uma diminuição do dilema escola-roça, uma diminuição de distâncias, embora seja difícil como realidade (pois vivi o contrário) apenas como projeto.

4. Conclusões

A história não é só minha. Esse texto é um caminho para que uma instituição me reconheça como formada na universidade. Conteí o porquê fiz da minha história, meu

sujeito-objeto, tentei dizer como me fiz quilombola e como a escola de onde vim. Aqui quero dizer que todos os percalços longamente contados são para encorajar outros percursos. Acreditamos que a educação seja uma aliada na transformação social, por meio dela podemos alcançar grandes feitos. Assim também, cuidar para que nossos povos de comunidades do campo usufruam de condições de acesso às escolas que não dividam a escola da vida, a roça do conhecimento. Que através da educação, possamos formar pessoas capazes de atuar nos diferentes setores e, assim, teremos representações políticas jovens. Por meio da educação, que possamos ter vozes ecoantes de nossa história e que sejamos nós os sujeitos da própria história e os responsáveis pela transformação que tanto buscamos.

Viemos de um passado que é marcado por desafios, e mesmo diante desses, conseguimos alcançar, por meio de lutas, nossos direitos. Ainda há um longo percurso, para isso, cada vez mais, queremos jovens nas universidades, cada vez mais, buscamos através do conhecimento o reconhecimento de nossos povos negros nesses espaços de formação. Que as histórias contadas, vivenciadas e registradas sirvam de exemplo para que outros vejam nelas a possibilidade (mesmo diante de tantos desafios) de alcançar seus objetivos e serem sujeitos da transformação.

Que os desafios continuem a ser movedores e não desanimadores daqueles que buscam um futuro menos desigual. Assim também, que por meio da educação e da transformação social, possamos chegar e entrar em todos os lugares que quisermos. Acreditamos que a educação de fato seja capaz de transformar pessoas, que não seja somente por meio da educação institucional, mas através dela, que a ignorância não seja o caminho que abra as portas à intolerância para se fazer morada. É preciso olhar para os outros como aquele que também é parte de nós. Sempre fomos os outros. Está na hora dos que nos consideram outros distantes nos ouvirem. A consciência, os conhecimentos e o acúmulo das experiências vão construindo novas possibilidades. É possível construir uma "universalidade" dos direitos, dos acessos, da humanidade, dos negros, dos quilombolas, dos indígenas, dos povos da Amazônia, da roça e da escola. Esse pode ser um desejo ainda distante, mas todo futuro depende do hoje e este trabalho quer ser esse hoje.

Referências

ARRUTI, José Maurício. **MOCAMBO - História e Antropologia do Processo de Formação Quilombola**. Bauru/São Paulo: EDUSC/ANPOCS, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes a prática de aprendizagem**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

LENCIONE, Sandra. **Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea**. In: Revista Confins. Número 14, 2012.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Fascículo número 11**. Manaus: UFAM,

189 **PELA MINHA HISTÓRIA EU ENTENDO E TRANSFORMO O MUNDO: ENTRE O QUILOMBO, À ESCOLA E A UNIVERSIDADE**

2006.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Boletim Informativo número 9**. Manaus: UFAM, 2014.

Recebido em: 24/10/2025

Aprovado em: 03/11/2025

Publicado em: 15/11/2025